

Tudo isto perpassa nas páginas excitantes desta obra de superior valia pelas pistas que abre, pelas análises que faz e pelo universo temático que aprofunda, ao longo dos seus dois eixos fulcrais: os contextos e as práticas. Referência merece: o *corpus* documental utilizado em que avultam as cartas anuais e as epístolas dos missionários enviadas aos provinciais e aos colégios que as aproveitavam para leitura comunitária de edificação e estímulo. Para além do que estes testemunhos directos não deixavam de ser uma radiografia religiosa e moral do Portugal coevo. Se as notas destilam ainda mais informação, a bibliografia é abundante e actualizada. Pena não se encontrarem índices remissivos – onomástico, topográfico e de assuntos –, de particular serventia para consulta, como aliás será ocioso ressaltar. De passagem, permitimo-nos discordar, como de sobejo demonstrámos em trabalho de 1986 («A parenética portuguesa e a dominação filipina»), da afirmação do Autor (p. 67) que Filipe I, na invasão de 1580, contou «com o apoio das elites eclesiásticas», quando, mormente nas cultas, essa unanimidade esteve bem longe de se verificar. Justo, porém, é reiterar-se o aplauso à solidez científica deste estudo e ao contributo que representa para o conhecimento da nossa história religiosa da reforma católica.

João Francisco Marques

FRANCO, José Eduardo; VOGEL, Christine, texto crítico – *Monita Secreta: instruções secretas dos Jesuítas: história de um manual conspiracionista*. Nova versão portuguesa por José Eduardo Franco e Paula Delgado; revisão científica de Arnaldo Espírito Santo; prefácio de Michel Leroy; apresentação de João Francisco Marques. Lisboa: Roma Editora, 2002.

Há documentos falsos que desempenharam na História papel mais importante do que muitos verdadeiros. Para não sairmos da história eclesiástica, basta apresentar dois casos paradigmáticos: a *Doação de Constantino* e as *Falsas Decretais*, duas falsificações da época carolíngia, visando uma consagrar o poder temporal dos papas, outra, ao que parece, eximir os bispos locais da jurisdição dos metropolitas ou arcebispos para os subordinar directamente a Roma, que assim, por corolário imprevisto, aparecia revestida de poderes imensos. Só no século XIV a crítica histórica de humanistas como Lorenzo Valla viria a demonstrar a sua falsidade.

O caso dos *Monita Secreta* – as supostas instruções sigilosas em vigor na Companhia de Jesus, ensinando aos seus iniciados a maneira de adquirir por todas as maneiras o domínio do mundo – é um pouco diferente, e é com razão que os autores os comparam antes aos *Protocolos dos Sábios de Sião*, inventados pela polícia czarista para denegrir a raça judaica, a que imputavam iguais intentos de hegemonia mundial. Trata-se, em ambos os casos, não de justificar a bem ou a mal um estado de coisas vigente e reputado conveniente, mas de denegrir um determinado grupo social, atribuindo-lhe as mais cavilosas intenções. A aproximação entre os dois casos chegou, aliás, a ser feita pela paranóia nazista, para quem a Companhia de Jesus – fundada por um punhado de bascos, portanto não-arianos – era a aliada natural da judearia no seu intento de impedir o domínio do mundo pela raça superior, a germânica, ariana por excelência.

Tudo leva a crer que os *Monita*, publicados pela primeira vez na Polónia em 1614, sejam obra de um antigo jesuíta polaco, expulso da Companhia, de que se terá vingado iniciando

uma campanha de difamação que, com diversos avatares, duraria mais de três séculos e se estenderia a três continentes, já que houve edições do panfleto em Goa, no México e no Brasil, para não citar as inúmeras que, nas mais diversas línguas, tiveram lugar na Europa. A história da campanha anti-jesuíta que daí decorreu, que seria descabido resumir aqui, é relatada em pormenor pelos autores, ao longo das 42 páginas da introdução que precede a edição do texto em português e latim.

As vicissitudes dessa campanha são relativamente fáceis de seguir, mas difíceis de entender, tão ridículos nos parecem hoje alguns dos argumentos então aduzidos. Hoje ninguém, aparentemente, acredita já que a Companhia de Jesus seja uma espécie de sociedade secreta pronta a adonar-se do mundo, preferindo atribuir tal escopo ao *Opus Dei*, de facto mais misterioso – cujo fundador se tornou para muitos o *santo contestável* por excelência... Pelo contrário, a ordem inaciana disfrutava, na atmosfera racionalista em que vivemos, de uma certa simpatia, devida ao bom nível cultural que o seu ensino prontamente atingiu, à sua atitude aberta em questões como as dos ritos chineses e dos ritos malabares, às opiniões dos seus juristas em problemas como o da origem pactual do poder político, ao seu contributo para a doutrina dos direitos dos povos e para a formação do moderno direito internacional, etc. Há que fazer um esforço de interpretação histórica para compreender que nem sempre assim foi. A rápida expansão da Companhia e o seu fulgurante sucesso no campo da educação grangearam-lhe o ciúme de outras ordens e congregações religiosas; o seu humanismo, que se espelha no optimismo da teologia molinista, suscitava a desconfiança dos agostinianos e de todos os que, em maior ou menor medida, propendiam para o imperialismo da graça e para a desvalorização da natureza; o *probabilismo moral*, ou em termos mais correntes, a moral flexível que a maioria dos teólogos da Companhia propugnava ganhava cores de laxismo aos olhos dos rigoristas, em particular dos jansenistas; o seu quarto voto, o de obediência ao papa, tornava os jesuítas alvo privilegiado não só da hostilidade que os protestantes votavam ao papado como da desconfiança dos que, como Carlos V, permaneciam católicos mas tinham contas a ajustar com Roma; a doutrina do carácter contratual do poder, defendida por jesuítas como Suárez, tornava a Companhia suspeita aos olhos dos que defendiam a teoria do direito divino dos reis; a sua relação privilegiada com Roma valia-lhe a aversão dos galicanos; mais perto já de nós, o carácter religioso e tradicional do ensino que ministrava desagradava a positivistas, jacobinos e republicanos; e assim por diante.

É evidente que não há fumo sem ter fogo, e que jamais uma ordem contemplativa, como os cartuxos ou os cistercienses, poderia concitar uma contestação semelhante. O objectivo da Companhia, porém, não era tanto renunciar ao mundo como agir sobre o mundo; e, de facto, através das elites letradas que por toda a Europa e nas suas missões da Ásia, da América e da África formava nos seus colégios, exercia em todo o mundo uma influência assaz conspícua, que não podia deixar de suscitar invejas, emulações e rancores. Por outro lado, se é ridículo supor que possam ser autênticas as directivas maquiavélicas que os *Monita* atribuem à Companhia de Jesus – que jamais alguém com um mínimo de bom senso reduziria à forma escrita – não custa imaginar que, pontualmente, um ou outro jesuíta, quiçá com mais fé na sua diplomacia que na acção da Providência, não tenha, de facto, tomado atitudes desse tipo, oferecendo assim o flanco aos detractores da ordem. Seja como for, o carácter recidivo das campanhas anti-jesuíticas, passando pela do Marquês de Pombal, a mais conhecida entre nós, está sem dúvida relacionado com o seu empenhamento no mundo e com a influência que, *volens nolens*, a Companhia sempre exerceu desde a sua fundação.

Há, todavia, mais. As sucessivas crises de alergia aos jesuítas que a cultura ocidental tem experimentado não se explicam sem uma atitude mental que os autores, e muito bem, fazem constar do próprio título da obra: o *conspiracionismo*. Trata-se, aparentemente, de uma atitude própria da cultura moderna, de que, tanto quanto sabemos, se não acham precedentes na Idade Média, que preferia contemplar o mundo *sub specie aeternitatis*, pouco se preocupando com o significado da História. A origem do mal era então tida como um mistério, corporizado no Diabo, figura invisível e misteriosa que a Escritura menciona amígdala mas de que pouco ensina, sem embargo de a religiosidade popular lhe ter desde cedo emprestado um rosto e um perfil muito concreto, semi-animalesco, invariavelmente caracterizado pela posse de cornos e de pés de cabra. Sucede que, como me recorda de haver uma vez escutado a Léon Poliakov, na cultura ocidental a teologia dita “da morte de Deus” foi de longa data precedida pela “da morte do Diabo”, não apenas mais antiga, como mais generalizada e mais profunda. Ora o espírito humano tem necessidade de reduzir a explicação das coisas a causas relativamente simples; tende, por conseguinte, a procurar as razões do Mal, incontestavelmente presente no mundo em que vivemos, num princípio único, que se não é exterior ao cosmo empírico lhe tem de ser imanente. Daí o *conspiracionismo* como forma de explicação histórica: ele quadra naturalmente bem com as ideologias que habitualmente denominamos *de direita*, que tendem para o voluntarismo histórico – ou seja, para privilegiar no interior da causalidade histórica a acção do indivíduo, sobretudo do homem excepcional (ou mesmo, em casos limites, inspirados por Nietzsche, a acção do *super-homem*) – bastando ajuntar-lhe o secretismo, que serve para explicar o que, a despeito de tudo, permanece misterioso. Para as ideologias ditas *de esquerda*, que comportam normalmente uma visão apriorística da História, a que se atribui um sentido pré-determinado dentro da imanência, o conspiracionismo é também uma peça essencial, pois serve para explicar o desfasamento entre a História que devia ser e a História que realmente é.

E assim, os culpados de todos os males do mundo foram, à revez, ora os jesuítas, ora a maçonaria, outrora os judeus, agora o capitalismo americano, amanhã quiçá o fundamentalismo islâmico fautor do terrorismo... Salutar antídoto contra os excessos de tal simplismo acusador é a tradicional doutrina cristã do pecado original. Não que se haja de tomar à letra a história bíblica de Eva, da maçã e da serpente, que, como todo o mito das origens em qualquer parte do mundo, é uma história de animais falantes; o que importa não é o *mythos* mas o *epimythion*, ou seja, não a fábula mas a moralidade que encerra. Nem sequer é necessário pensar, com Santo Agostinho e com os teólogos do Ocidente medieval, que o pecado se transmite hereditariamente porque os homens se geram como os animais, pelo comércio carnal – ideia que, conquanto ocorra também em alguns teólogos orientais da linha monofisita mais dura, como Julião de Halicarnasso, suscitou no Oriente pronta reacção quando São Jerónimo a tentou aí divulgar. O importante é considerar que vivemos num mundo de pecado, em que um mal, através de uma causalidade clara ou por uma via obscura, engendra sempre outro mal, nessa espécie de ciclo vicioso que o budismo designa por *sāsāra*; que todo o homem é, por sua natureza, capaz do Mal como do Bem; e que aquele, em maior ou menor concentração, existe difuso no universo, quiçá em virtude de um misterioso pecado pré-cósmico, que a Bíblia corporiza na serpente tentadora. Nessa linha de pensamento, se ninguém é inteiramente bom tampouco é integralmente ruim, pelo que se torna impossível identificar na Terra o culpado de todos os males do mundo e, por conseguinte, inútil tentar detectar os conspiradores que subvertem a bela harmonia que devia reinar mas não reina.

É verdade que dentro de uma visão ao mesmo tempo mais social e mais empirista do devir histórico, como a que tende a predominar hoje em dia, o conspiracionismo encontra

menos espaço; é talvez essa uma das razões por que não existe uma versão contemporânea do mito anti-jesuítico e nos podemos hoje facilmente sorrir dele.

Tudo isto é, em termos algo diferentes mas ao cabo equivalentes, tratado pelos autores no estudo introdutório que precede a edição do texto, de que nos permitimos destacar um parágrafo, que resume de forma especialmente lúcida o cerne da mensagem que os *Monita Secreta* pretendem transmitir:

No fundo o libelista pretende construir uma imagem do labor dos Padres Jesuítas pela inversão dos princípios evangélicos proclamados nas suas Constituições oficiais e pelas quais eles dizem reger-se. Contrapondo o dizer e o fazer dos Padres, o autor tenta mostrar que os *Monita* são as verdadeiras constituições que regem a actuação dos religiosos da Companhia de Jesus, sendo as Constituições oficiais e visíveis não mais que letra morta, dada a público para camuflar o seu secreto regimento. Esses princípios crípticos, pelos quais se regeria verdadeiramente a Companhia, seriam princípios anticristãos, de feição astuciosa e demoníaca. A hipocrisia, o disfarce, as maquinações ardilosas, as mentiras, o roubo suave, a luxúria, a ganância e a ambição desmedidas seriam os verdadeiros motores da acção dos Jesuítas. As *Instruções secretas* são assim elaboradas de modo a demonstrar que os Padres da Companhia tudo faziam em nome de um interesse solipsista, de um paroxístico egoísmo pessoal e institucional, nada sendo feito abnegadamente em favor do bem social e da comunidade eclesial mais vasta.

Se esta introdução nos satisfaz plenamente, e nos agradam de modo especial as reflexões filosóficas com que termina, já o mesmo não podemos dizer da edição do texto. Primeiramente, haveria que pôr o original latino e a versão portuguesa lado a lado, em páginas alternadas, de modo a que o leitor não totalmente ignaro da língua de Cícero e Virgílio pudesse comodamente confrontar a tradução com o seu original. Em segundo lugar não conseguimos descortinar onde se encontra o “texto crítico” anunciado no rosto da obra, pois o que vemos impresso é simplesmente a reprodução em *fac-símile* da edição de 1834, totalmente desprovida, como a tradução, de notas de rodapé em que se anotem as variantes das diversas edições, como é próprio de uma edição crítica. Se não se estava em condições de fornecer um texto verdadeiramente crítico, para quê prometê-lo?

Para além disso os reparos que temos a fazer são cousas de pormenor, todas de pouca monta. “Desencadear um processo” não é *despoletá-lo*, é *espoletá-lo* – como os autores certamente saberiam se tivessem andado na tropa – pois quando se retira a espoleta a uma granada adormece-se a sua potencialidade explosiva, que apenas se lhe reactiva ao espoletá-la de novo! *Chanceler do Xadrez* em vez de *Chanceler do Tesouro* é uma tradução demasiado literal, que redunde em cómica, de *Chancellor of the Exchequer*, sem embargo de tal designação lhe advir de trabalhar outrora sobre uma mesa aos quadradinhos, como um tabuleiro de xadrez, para facilitar as contas. E *Mainz*, em cuja universidade estudou e investiga a co-autora, chama-se em português *Mogúncia*, cidade fundada por Druso em 13 A. C. e chamada em latim *Mogontiacum* ou *Magontiacum*, de onde os seus nomes modernos nas diversas línguas europeias (*Mainz* em alemão, *Mayence* em francês, etc.).

De resto o estilo do livro é claro e correntio, proporcionando uma leitura fácil, que ajuda à apreensão das ideias expostas, contribuindo para que a obra seja, além de séria e instrutiva, agradável de se ler.

Luís Filipe F. R. Thomaz